

DA ORIGEM À HEGEMONIA E CRISE DO ALGODÃO MERIDIONAL BRASILEIRO NO SÉCULO XX¹

José Sidnei Gonçalves²
Soraia de Fátima Ramos³

1 - INTRODUÇÃO

O uso do algodão no Brasil remonta ao período anterior à sua incorporação ao espaço de reprodução do capital mercantil. Muito antes de 1500, a pluma já era utilizada pelos indígenas do norte e do nordeste do Brasil, na forma de focos, como adorno, ou nas pontas das flechas para levar fogo às tribos inimigas. Os colonos portugueses introduziram na Bahia espécies de algodoeiros do oriente, que mais tarde seriam levadas pelos jesuítas ao sul do país. As primeiras plantações comerciais datam da primeira fase de decadência da economia açucareira, entre os séculos XVI e XVII, quando a cultura firmou-se na Região Nordeste, principalmente em Pernambuco e no Maranhão. Arbusto de cultivo perene, também conhecido como mocó ou seridó, o algodão arbóreo era cultivado ao lado da cana-de-açúcar fornecendo matéria-prima para as fiações e tecelagens de “panos grosseiros” que vestiam os escravos (BRASIL, 1946). Durante o período colonial, a economia brasileira viveu dois ciclos de expansão do plantio de algodão, seguidos de retração, diretamente relacionados a interesses do capital comercial no aproveitamento de condições derivadas do mercado internacional do algodão em pluma.

Entretanto, conquanto ambos os processos derivem de determinantes externas, na leitura histórica desses ciclos de expansão algodoeira no Brasil, os mesmos não podem ser tomados como um elemento de continuidade. Esses ciclos, até o primeiro quarto do século XX, ficaram demarcados como:

a - expansão algodoeira nordestina no Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia e Maranhão,

com destaque para o período 1775-1830, para o caso maranhense, onde a cotonicultura resulta da “*articulação de práticas mercantilistas – expressas na criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e do Maranhão – com as necessidades da nascente indústria têxtil da Grã-Bretanha e mesmo da Europa*”. Tratava-se de grandes plantações escravistas executadas a partir do monopólio da metrópole portuguesa, incluindo também o tráfico de escravos, representando empreendimentos mercantis de interesse da nascente burguesia agroindustrial têxtil, financiados por banqueiros londrinos. Mas essa economia de *plantation* maranhense não resistiria a dois duros golpes: a queda nos preços pela elevada produtividade norte-americana derivada da introdução de novas variedades e novas técnicas de descaroçamento e o forte aumento dos preços dos escravos, que foram decisivos para a crise e colapso econômico dessa cotonicultura escravista (ALBUQUERQUE, 1982).

b - a expansão algodoeira decorrente da Guerra de Secessão Norte-Americana (1860-1875). “*Na Segunda metade do século XIX, a indústria têxtil algodoeira inglesa já se pode considerar madura... Faltava-lhe, no entanto, penetrar na produção mesma do algodão, garantir a alta produtividade, o baixo custo e a qualidade desse insumo. Para tentar então cumprir esse papel – a defesa dos interesses da indústria têxtil britânica na área do fornecimento de matérias-primas – cria-se em 1857, a Manchester Cotton Suplly Association. É aqui que se pode localizar a mais forte articulação explícita do primeiro surto exportador relevante da cotonicultura paulista... A Manchester Association volta-se, de início, principalmente para o algodão da Índia. Depois, premida pelos cortes de fornecimento durante a Guerra de Secessão americana, vai tentar a produção no Egito e incentivar a do Brasil*”. O

¹Registrado no CCTC, IE-50/2007.

²Engenheiro Agrônomo, Doutor, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: sydy@iea.sp.gov.br).

³Geógrafa, Mestre, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: soraia@iea.sp.gov.br).

fim do conflito norte-americano produziu a perda do fôlego exportador desse primeiro e curto momento de expansão da cotonicultura paulista (ALBUQUERQUE, 1982).

A similaridade entre esses dois primeiros ciclos do algodão brasileiro, com concentração no Maranhão e em São Paulo, consiste que os efeitos diretos das crises que levaram às respectivas decadências decorrem diretamente da superioridade da produção algodoeira norte-americana e na sua estreita relação com a agroindústria têxtil inglesa. Da experiência do ciclo algodoeiro derivado da Guerra de Secessão, surgem elementos futuros relevantes, em função da introdução da variedade herbácea de ciclo anual e que permite produtividades maiores por unidade de área, *“sendo uma nova cultura, com novos grupos sociais operando como plantadores, será mais susceptível às melhoras técnicas. Dessa forma, fazendeiros mais progressistas, e imigrantes americanos fugidos à devastação que a Guerra de Secessão tinha causado aos algodoads – e à economia – do Sul dos Estados Unidos, tentarão introduzir novos métodos... obtendo como prêmio rendimentos muito maiores... Assim, de maneira breve, mas vigorosa, o algodão paulista marcou sua primeira presença importante na economia nacional”* (ALBUQUERQUE, 1982).

Isso entretanto, representava quase nada enquanto suporte para a cotonicultura meridional, concentrada nos atuais Estados de São Paulo e do Paraná, implantada após a virada dos anos 1930, em resposta à crise cafeeira. O ciclo algodoeiro que correspondeu à expansão do algodão meridional brasileiro, representa uma ruptura com os perfis de implantação dos ciclos anteriores na medida em que representou uma decisão consciente das políticas públicas articuladas com interesses privados que desenvolveu nos 60 anos (1935-1995), quando foi hegemônica no contexto do algodão brasileiro uma formidável base endógena de inovações. Ainda que mais uma vez o algodão dos Estados Unidos da América (EUA) tenha surgido no *front* que levou à derrocada no algodão meridional brasileiro na crise que a abateu no período 1990-1995, em função de um surto de importações sustentado de forma decisiva por políticas de subsídios norte-americanos às exportações e por condições de financiamento dessas transações no mercado internacional que produziram concorrência desleal com o algodão brasileiro, fazendo o Brasil passar de auto-suficiente e exportador da pluma a

dependente da importação desta matéria-prima (GONÇALVES, 1997). Nesse processo a produção brasileira que havia atingido perto de um milhão de toneladas em 1981, em 1993 alcançou apenas 420 mil toneladas. No surto de importações, o aumento das compras externas *“atingiram quase 500 mil toneladas em 1993. Até meados da década de 1980, o Brasil não era apenas auto-suficiente em algodão, mas um importante exportador. Em 1993, o país importava 60% do algodão que consumia”* (COSTA e BUENO, 2004).

Em recente decisão, a Organização Mundial de Comércio (OMC) condenou os subsídios norte-americanos para o algodão, que deveriam ser eliminados até 1º de julho de 2005, data postergada com a decisão ainda não cumprida. Esse fato não afeta apenas o Brasil, uma vez que *“as subvenções norte-americanas ao algodão têm gerado graves conseqüências econômicas e sociais para alguns países da África Ocidental (Benin, Mali e Chade, por exemplo), regiões onde se encontram algumas das nações menos desenvolvidas do mundo, para cujas populações a cotonicultura constitui fonte de renda vital”* (COSTA e BUENO, 2004). As distorções do comércio internacional de pluma, ao gerarem concorrências desleais que produzem surtos de importações em países antes auto-suficientes e até exportadores de algodão, não levaram a crise aos plantios da África Subsaariana, mas afetaram estruturas produtivas até então caracterizadas pela modernidade da base técnica como a cotonicultura meridional brasileira. Seus efeitos nem sempre mensurados com consistência, são dramáticos em termos de reflexos econômicos e sociais para a parcela mais desprotegida da agropecuária.

O objetivo desta pesquisa consiste em resgatar as mudanças na produção brasileira de algodão, desde a constituição da produção meridional no final do século XIX, passando pelo seu movimento de dinamismo por várias décadas após os anos 1930, até sua derrocada em função dos impactos produtivos e estruturais decorrentes do surto de importações de algodão pelo Brasil na primeira metade da década de 1990. Em síntese, procura-se revisar a história da construção da hegemonia meridional na cotonicultura brasileira, como um caso de sucesso na construção de processo autônomo de desenvolvimento nacional, porque sustentado em núcleos endógenos de inovação tecnológica.

2 - A FRAGILIDADE ESTRUTURAL DA ANTIGA COTONICULTURA PAULISTA: precariedade da base técnica impedia expansão consistente no mercado internacional

As transformações na base técnica realizadas no decorrer da Revolução Industrial (1769-1787), viriam a alterar de forma decisiva a história econômica dessa fibra vegetal, na medida em que uma severa *epizootia* ao dizimar os rebanhos de carneiros do Sudoeste da Inglaterra (WELLS, 1959), estimulou a produção de algodão nas colônias inglesas do Sul da América do Norte, que passou a ser a matéria-prima fundamental da agroindústria têxtil (HOBSBAWN, 1984). Esse processo aumentou a demanda de algodão no mercado mundial, propiciando a expansão da cultura no território dos atuais Estados Unidos da América (EUA) em bases de grandes plantios escravistas. No Brasil, os dois primeiros ciclos de expansão dessa lavoura decorreram diretamente das duas guerras internas no território estadunidense. O primeiro, no final do século XVII, com o início das lutas pela independência norte-americana e em especial, a partir do Congresso de Albany em 1754, que deu origem ainda à guerra colonial franco-britânica na qual a Inglaterra anexaria o Canadá. O segundo, por ocasião da Guerra da Secessão Norte-americana (1861-1865) que afastou a fibra estadunidense do mercado, permitindo a países como o Brasil, a oportunidade de expandir suas lavouras (PAIVA; SCHATAN; FREITAS, 1973).

O estudo de Alice Canabrava mostra que o surto de algodão paulista durante a Guerra da Secessão Norte-americana, inicia-se em 1861, num ciclo de expansão que entrou em rápido declínio após os oito anos de crescimento por razões de ordem técnica e econômica, derivadas das *“condições sob as quais havia se processado o desenvolvimento da cultura algodoeira, ou seja, o empirismo das técnicas adotadas quanto ao cultivo, ao beneficiamento e ao enfiamento do algodão, juntamente com as condições gerais da economia paulista da época, não lhe permitiram assegurar posição vantajosa no mercado internacional após o restabelecimento da paz nos Estados Unidos”*. Nessa antiga cotonicultura, a base técnica era precária, sendo *“enfeijada por circunstâncias favoráveis do mercado internacional, mas transitórias, tornou-se sobretudo o ganha-pão dos elementos livres da comunidade, os lavradores humildes da área rural, sem*

recursos financeiros para conferir aos seus plantios o status de grande lavoura. Foi, essencialmente, ‘a lavoura comercial do pobre’”. Isso porque, *“na verdade, o cultivo de algodão herbáceo vinha se desenvolvendo apenas em pequenas plantações de área muito limitada, simples culturas de quintal, ou pouco mais que isso, dadas as dificuldades que encontravam os agricultores para obter as sementes”*. A obtenção de material exigia esforço individual, e *“as grandes deficiências com relação à técnica do cultivo do algodoeiro, na época estudada, se relaciona com o preparo das terras, o processo de semear e o cultivo da planta”* (CANABRAVA, 1984).

Finda a guerra civil, aquele país retoma a produção de algodão deslocando o produto brasileiro do mercado internacional, enquanto que no Brasil, as principais áreas agropecuárias da Zona Meridional, eram ocupadas pelo café que em 1860, representava metade das exportações. Entretanto, o grande impulso à produção de algodão em fins do século XIX foi o mercado interno, posto que por ocasião da Proclamação da República a indústria têxtil algodoeira era responsável por 60% do capital empregado no setor industrial do país. Antes do advento da hegemonia do café, o algodão era relevante fonte de receitas da exportação brasileira, em alguns anos superando o café (PAIVA; SCHATAN; FREITAS, 1973). No período de hegemonia cafeeira, de forma concomitante com a expansão da rubiácea no Estado de São Paulo, internalizou-se no primeiro quartel do século XX, os padrões da 1ª Revolução Industrial, ampliando a agroindústria têxtil (CANO, 1990). Tanto assim que o período de 1900 a 1915, foi denominado de "Idade de Ouro" pelo expressivo crescimento no número de unidades fabris (BRASIL, 1946). Nessa época a produção de algodão em São Paulo era pouco expressiva. Ainda que as primeiras referências de cultivo da fibra em solo paulista sejam anteriores à guerra civil americana, a atividade apresentava surtos alternados de desenvolvimento e de retração até a crise de 1929 (NOGUEIRA JUNIOR, 1996). A expansão agroindustrial, garantiu a sustentação de um patamar quase constante de demanda para a produção brasileira de algodão, baseada nas terras paulistas e nordestinas, que não sofreram modificações profundas até a década de 1930 (Figura 1).

Nas produções de algodão paulista do início do século XX, três questões relevantes devem ser registradas: a) incipiente progresso

técnico, ainda na década de 1910, quando surgiram as primeiras pesquisas com algodão no Instituto Agrônomo, ainda que sem continuidade, com o estudo de H. Patel sobre as características físicas dos algodões e a publicação por Gustavo D'Utra das instruções práticas para o cultivo do algodão (CAVALIERI et al., 1965); b) era nítida nesse período, a inadequação do produto paulista às exigências do parque têxtil, pois "*para que o nosso Estado possa entrar francamente no mercado mundial é mister que desde já se vá operando séria modificação no modo de produzir. Com o tipo atual nada conseguiremos na concorrência universal. A própria indústria de São Paulo ... não se satisfaz com o nosso produto, buscando no norte uma porcentagem de fibra mais longa e resistente*" (CASTELLO, 1911); c) havia enorme revolta em plena década de 1920, com a imposição de padrões e com o uso desse fato como instrumento do protecionismo norte-americano, pois, após a lei da paridade entre preços de produtos e insumos adotada pelos Estados Unidos em 1922, "*o protecionismo norte-americano acentuou-se nos últimos anos. Não se limita à proteção aduaneira e vai além, na proteção do algodão, (com lei que) prevê a obrigação de todas as casas exportadoras de só vender tipos e classes norte-americanos e determina a interdição das designações das qualidades de Liverpool e do Havre, que estiveram em vigor até agora*" (OS TYPOS, 1923).

A questão do baixo padrão tecnológico dessa antiga cotonicultura, revela-se na análise de Raimundo Cruz Martins, cientista que organizou a revolução tecnológica da cultura em São Paulo, após especialização nos Estados Unidos. Segundo ele, "*quando iniciamos em 1924, os nossos trabalhos no Instituto Agrônomo, a situação da lavoura algodoeira era desalentadora. As variedades de algodão cultivadas em larga escala, em número de 10, mais ou menos, pelos lavradores do Estado, apresentavam tal grau de mistura que a única cousa que, realmente, salvo raras exceções, as diferenciava entre si era o nome*" (MARTINS, 1940). Este autor cita o trabalho de Gabriel Dantas, *A fibra de algodão em São Paulo*, que afirmava: "*a degenerescência da fibra de algodão paulista vem desde 1923 a esta parte, num declínio assustador, ameaçando-nos, de o*

nosso algodão ser colocado ao nível dos de fibra mais baixa que são os tipos indianos..." (DANTAS, 1925, citado por MARTINS, 1940). Finalizando sua percepção, apresenta dados da classificação da Bolsa de Mercadorias de São Paulo para a produção paulista de 1924, que apresentava 43% do algodão com comprimento de fibra de 22 a 24mm, 11% de 24 a 26mm, caracterizando a predominância de fibras curtas que só podem ser usadas no fabrico de tecidos inferiores.

Essa situação de falta de dinamismo da cotonicultura paulista na década de 1920 associa-se em muito ao atraso tecnológico. As técnicas rústicas introduzidas no final do século XIX, não sofreram aprimoramento compatível com o avanço da qualidade e da produtividade, ao contrário, pela falta dos grandes interesses comerciais que poderiam viabilizar a importação de material genético melhorado, e na inexistência de instituição nacional capaz de produzi-los aqui, ocorre a progressiva degradação da qualidade e da pureza dos materiais plantados. Para tanto, basta observar que na primeira providência tomada, com a introdução de variedades norte-americanas pelo Instituto Agrônomo no início do século XX, verificou-se que elas apresentavam a predominância de fibra de 28 a 31mm, muito mais consistente com as exigências de qualidade da fibra decorrente da modernidade da agroindústria têxtil praticada nas nações líderes mundiais. Após a década de 1930, o ciclo de expansão do algodão da Zona Meridional representou sobre todos os aspectos uma ruptura com a antiga cotonicultura então praticada, sendo essas diferenças sentidas na base técnica cada vez mais avançada e compatível com o mercado internacional de *commodities*, além da característica fundamental de endogeneidade, e com a estrutura de políticas governamentais ativas engendradas na sustentação da expansão algodoeira.

3 - CRISE DO CAFÉ DA DÉCADA DE 1930: da derrocada do colonato emerge o algodão meridional de pequenas e médias lavouras

A crise de 1929, que abalou o complexo cafeeiro, iria proporcionar uma profunda reestruturação produtiva da economia paulista, com reflexos

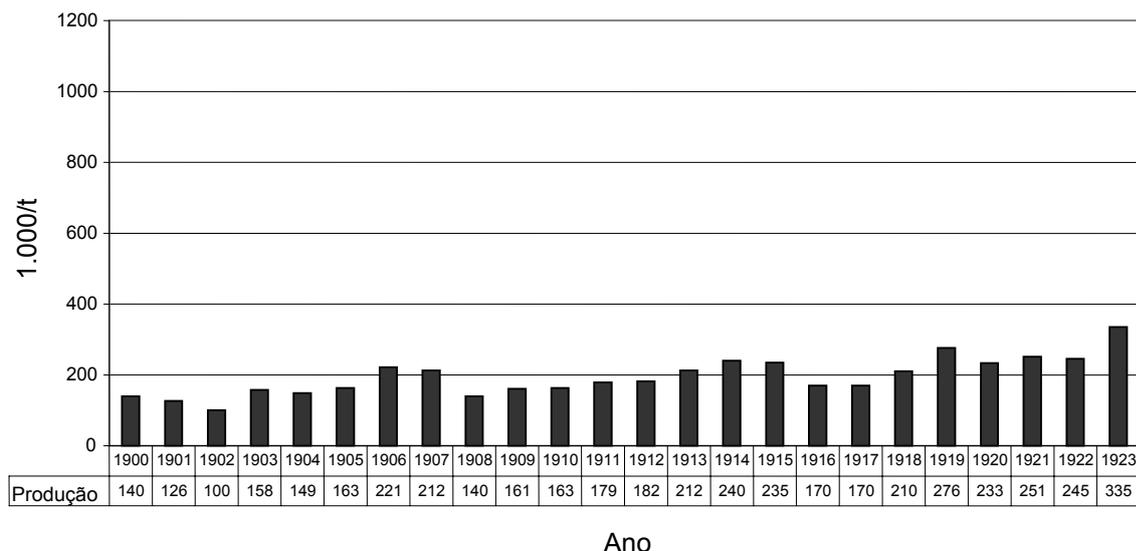


Figura 1 - Evolução da Produção Brasileira de Algodão em Caroço, 1900-1923.
Fonte: Haddad (1978).

decisivos no norte-paranaense, inclusive com similaridade dos modelos de intervenção na estrutura fundiária com base na atuação das companhias imobiliárias. Isso afeta diretamente o núcleo mais dinâmico da agricultura paulista, representada pela região de Ribeirão Preto. Nesse espaço geográfico, se “*com o café a propriedade agrária crescerá, com o declínio se dividirá em toda região*” (ARAÚJO, 1979). A empresa privada encarregada de retalhar e vender as fazendas foi a Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora (CAIC), vinculada à Família Silva Prado, que além de grandes fazendeiros de café, eram acionistas da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e do Banco de Comércio e Indústria (COMIND) surgido como “banco cafeeiro” no final do século XIX, e que registrou grande expansão nas décadas de 1940 e 1950 (ANDRADE, 1980).

Na região de Ribeirão Preto, somente a CAIC, “*loteou até 1955, a quantia de 58.972,6 hectares... Nota-se que todos os loteamentos realizados na região têm um caráter de retalhamento da propriedade, ficando a área média de todos os lotes vendidos em torno de 62,40ha. A CAIC tinha profundos vínculos com os capitais empregados no café e nas ferrovias. Basta lembrar que o seu presidente, na época do loteamento, era Antônio Prado Júnior, nome tradicionalmente ligado ao café e às ferrovias... Pois exatamente para a sobrevivência econômica*

das ferrovias que a CAIC tinha interesse em retalhar as propriedades decadentes e improdutivas, implantando a pequena propriedade, que garantiria produção agrícola e passageiros para a permanência do transporte ferroviário” (ZAMBONI, 1979). Mas sua atuação não se resumiu à região cafeeira ribeirão-pretana, mas foi relevante na expansão para oeste como a Alta Paulista. Em função disso, “*a CAIC tem um papel representativo na divisão na propriedade agrária no Estado de São Paulo. Até 1955, ela havia loteado 334.697,16ha em regiões produtoras de café num total de 6.260 lotes contidos em 77 loteamentos*” (ZAMBONI, 1979).

A nova cafeicultura, e em alguns espaços mais tarde o algodão, estavam em franca expansão no norte do Paraná, também com base na pequena propriedade pela ação da Companhia de Terras do Norte do Paraná (CIANORTE), que havia adquirido do Governo Paranaense o total de 515 mil alqueires paulistas (1,25 milhão de hectares) até 1928. Em 1944, ampliaria sua área completando 544 mil alqueires paulistas (1,32 milhão de hectares) (PADIS, 1981). Essa nova cafeicultura do norte Paranaense, tal como a nova cotonicultura das antigas regiões cafeeiras paulistas e da Assaí Algodoeira no Paraná, era estruturada com base na pequena propriedade, pois “*o que se fez foi dividir as terras em pequenos lotes, cujas dimensões variavam de três a quinze alqueires*

(7,5 a 36,3ha) e cuja venda era feita para o pagamento parcelado, em prazo de até quatro anos com juros de oito por cento ao ano... Além da pequena dimensão das propriedades e a assistência técnica prestada pelas companhias loteadoras, havia outro fator a facilitar o fluxo migratório para a região: o baixo preço da terra” (PADIS, 1981).

No caso paulista, executado pela CAIC, essa realidade também se estabeleceu em bases até mais favoráveis, com preço que “era acessível a pequenos agricultores, principalmente porque as terras foram repartidas em pequenos lotes e o pagamento não era à vista. A entrada inicial era de 20% sobre o preço total do lote, e o restante deveria ser pago em 4 prestações anuais sem juros. No caso do comprador atrasar o pagamento da prestação, pagaria juros de 7% ao ano. Dessa forma, o comprador necessitaria somente o valor da entrada do lote adquirido, podendo o restante ser pago com a renda advinda da própria produção da terra adquirida. Há ainda um fato que viria a facilitar o pagamento da dívida: eram os financiadores bancários, a quem os novos compradores tinham acesso para o financiamento de suas lavouras” (ZAMBONI, 1979). Com base nesse processo para o qual ensejavam sustentação política, muitos grandes fazendeiros com interesses diversos envolvendo a indústria e o sistema bancário, desmobilizavam capital investido em terras e os deslocavam para aplicações nos segmentos econômicos emergentes.

Nesse espaço organizado em pequenas propriedades, “com financiamentos bancários os novos proprietários se dedicaram de início a outras culturas que foram o algodão, milho e mamona. A cultura do algodão teve seu período mais produtivo em 1937, quase que superpondo-se aos anos mais difíceis da lavoura cafeeira. A grande maioria das correspondências de 1943-1944 encontradas nos arquivos da CAIC sobre financiamentos agrícolas destinados aos novos proprietários se referem à cultura do algodão. O algodão muito provavelmente foi a cultura de maior importância para os novos proprietários, pois já em 1941 já existia em Dumont uma máquina beneficiadora do produto, em 1943 além da já existente aparecia um novo comprador e beneficiador do produto, em 1944 surgia mais um mercador do produto. E dessa forma foi se desenvolvendo, tanto a cultura co-

mo as atividades comerciais referentes ao algodão em Dumont, conquistando lugar de destaque dentro da agricultura do município através dos tempos” (ARAÚJO, 1979). Dessa raiz do colonato do café, a cotonicultura meridional iria expandir-se de forma expressiva nas terras brasileiras na década de 1930, com a produção de algodão em caroço atingindo 1,17 milhão de toneladas na entrada dos anos 1940, após intenso crescimento no período anterior (Figura 2).

A cotonicultura de pequenos e médios produtores surgia na Zona Meridional brasileira como sucessora da cafeicultura de grandes propriedades, não apenas em função dos interesses produtivos na busca de concretização de alternativa à crise da economia cafeeira, mas principalmente pelos interesses comerciais das empresas retaliadoras das antigas grandes fazendas e/ou gestoras da expansão para o oeste na abertura da então fronteira agrícola. O papel das empresas imobiliárias rurais na articulação desse processo foi preponderante nessa formação e a própria estrutura fundiária projetada de loteamentos, fundamental para esse capital comercial privado, era compatível com a democratização do acesso à terra pelo pressuposto de que isso ampliava o número de clientes possíveis. Assim, “fora os fazendeiros falidos, também as companhias colonizadoras foram responsáveis pela expansão das pequenas e médias propriedades neste período. Destacam-se dentre estas, dada a área bem localizada que loteiam, a Tokushoku Kaiasha – Bratac e Nambu Tochi Kobushiri Kaisha. Elas fundaram respectivamente, com imigrantes e descendentes japoneses e no início da década de 30, respectivamente, as colônias de Assaí e Uraí, com predominância da pequena propriedade. Estes loteamentos se distinguiram de outros não apenas pela localização da área, mas também porque desde o início os produtores se dedicaram ao cultivo do algodão” (DORETO e PAYÉS, 1994). Essa experiência de produção de algodão por imigrantes japoneses de Assaí e Uraí foi exitosa, embora o surto de expansão se deu em ritmo muito menor que o verificado em São Paulo.

Esse processo, segundo o texto pioneiro de Ruy Miller Paiva, um economista agrícola oriundo da pesquisa com tecnologia de algodão, confirmou a percepção das “pessoas que visitaram

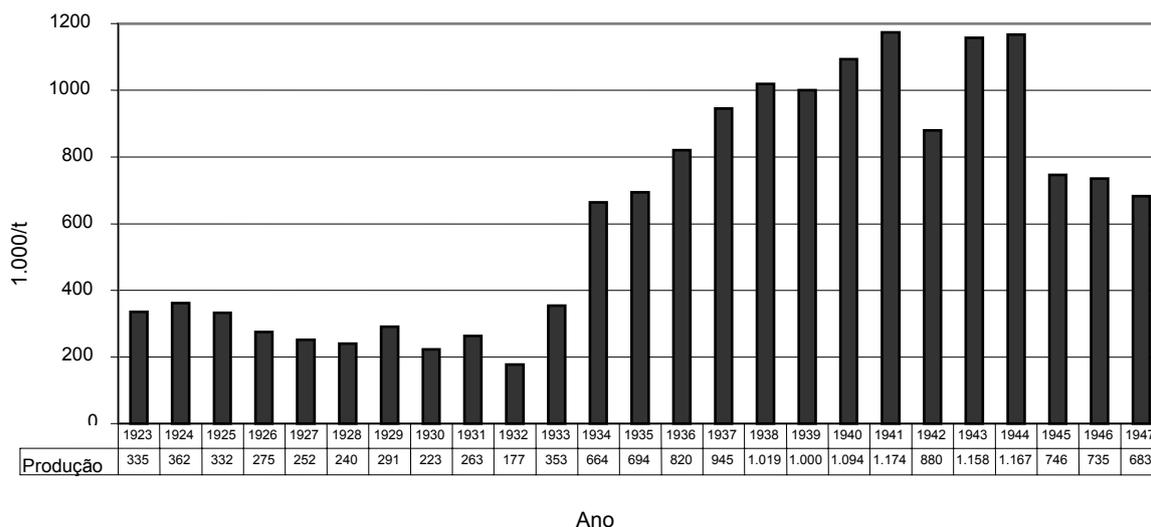


Figura 2 - Evolução da Produção Brasileira de Algodão em Caroço, 1923-1947.
Fonte: Haddad (1978).

o Sul do Brasil previam, freqüentemente, que em pouco tempo o local poderia se tornar uma das principais regiões produtoras de algodão do mundo. Mas, foi apenas em 1933 que a promessa de crescimento se concretizou, com uma intensidade fora do comum, superando, em muito, as mais otimistas expectativas. Em poucos anos, a produção saltou para mais de um milhão de fardos” (PAIVA, 1996). O estímulo adveio do vácuo de opções em função da crise do mercado cafeeiro e das oportunidades de mercado para o algodão. “Em 1929 o café sofreu uma grande queda de preço, caindo de mais de 33 mil-réis para menos de 16 mil-réis em 1931. Os preços continuaram caindo para 13 mil-réis em 1933. Após 1934, os preços do café mostraram alguma recuperação, mas os preços do algodão, que não caíram na mesma proporção, tiveram aumentos mais elevados. Isso fez com que o algodão se tornasse a cultura mais rentável para os produtores rurais. Os produtores necessitavam de uma nova fonte de renda e era natural, portanto, que intensificassem a produção de algodão, por esta ter se tornado a cultura mais rentável” (PAIVA, 1996). Disso surgiu um novo ciclo algodoeiro, mas em bases estruturais muito diferentes dos ciclos anteriores vividos no século XIX.

A diferença fundamental diz respeito à base técnica moderna com que se implantou gerando o princípio da modernização da própria agropecuária brasileira, da qual seria atividade síntese da modernidade durante várias décadas,

afinal produzir algodão era quase sinônimo de estar em sintonia com o progresso. “O uso de fertilizantes tornou-se mais generalizado no Sul do Brasil, desde o recente desenvolvimento do algodão. No ano agrícola 1938-1939, a área cultivada com algodão no Estado de São Paulo foi de 372.878 alqueires (150.943ha) e em 9% dessa área foram empregados fertilizantes” (PAIVA, 1996). A atuação governamental na construção dessa modernidade foi decisiva: “um dos auxílios governamentais mais importantes tem sido a seleção da qualidade do estoque de sementes e a assistência técnica adequada oferecida aos produtores. Muito antes de o Governo empreender qualquer controle sobre a produção de sementes para o plantio, o Instituto Agrônomo tinha começado um trabalho de pesquisa de melhoramento genético, uso de fertilizantes, práticas culturais, controle de insetos e doenças etc. No momento em que um grande número de agricultores ficou interessado na produção de algodão, o Instituto dispunha de sementes da melhor qualidade e de um estoque de conhecimentos sobre as práticas agrícolas no Sul do Brasil” (PAIVA, 1996).

Mais ainda, isso se deu com uma base estrutural muito mais democrática que a estrutura do complexo cafeeiro. “De acordo com os registros oficiais sobre o tamanho das fazendas de algodão no Estado de São Paulo, o número de pequenos produtores de algodão é grande. Cerca de 65,79% dos produtores têm área cultivada

com algodão inferior a 60 acres (24,2ha)... Devido ao fato de esses produtores cultivarem apenas 36,68% da área plantada com algodão no mesmo estado, é necessário calcular o número de trabalhadores empregados na cotonicultura, a fim de se ter um panorama melhor dessa atuação" (PAIVA, 1996). E mesmo quando não era cultivado em pequenas propriedades, o algodão da Zona Meridional abria amplas possibilidades de emprego, dada a intensidade das atividades manuais como a colheita. "O rendimento médio por acre no Estado de São Paulo é de aproximadamente 600 libras (670kg/ha ou 44,7@/ha) de algodão em caroço. Como o algodão é colhido em três vezes diferentes, a quantidade de cada colheita é de 200 libras (15@). Considerando 70 libras (5@) por dia como a média dos colhedores da região, são necessários cerca de três dias para um homem realizar a colheita em um acre... Considerando agora que os produtores com mais de 120 acres (48,6ha) não trabalham no campo, têm-se uma área de 48,17% da área total, ou 1.315.020 acres (532.183ha) que precisam ser colhidos com mão-de-obra contratada. Essa área necessita de pouco mais de 200.000 pessoas durante a época da colheita, apenas para colher algodão" (PAIVA, 1996). A questão da expansão das lavouras estava, nas condições da base técnica de então, limitada pela escassez de mão-de-obra, numa economia que se considerava em regime de pleno emprego. Exatamente esse argumento sustentava a idéia de modernização agropecuária como forma de desenvolvimento do campo.

O impulso fundamental seria dado mais tarde pela ocorrência de novo processo de fragmentação fundiária, consolidando o papel estratégico do algodão meridional como formador da agropecuária de pequenas e médias propriedades, conformando raízes estruturais de uma forte classe média rural que iria determinar o desenvolvimento de várias regiões paulistas e paranaenses. No caso paranaense aparece também como efeito da crise cafeeira, ainda que com efeito defasado no tempo. Tanto assim que "a década de 1960 representa o período final da primeira fase de ascensão na produção de algodão. Vários foram os setores que viabilizaram a continuidade da expansão. Em primeiro lugar, a continuação dos fluxos migratórios e da multiplicação do número de pequenos e médios estabelecimentos. De acordo com o Censo Agropecuário, de 1960 para 1970, a área média por estabeleci-

mento caiu de 42,3 hectares para 26,4, em grande parte como consequência de mais 285.302 novos estabelecimentos que surgiram, principalmente, nas MRH de Extremo Oeste Paranaense (68.585), Norte Novíssimo de Umuarama (47.836), Campo Mourão (35.818) e Norte Novo de Apucarana (29.205). Em segundo lugar pelo Programa de Erradicação de Cafeeiros que, ao procurar aliviar a crise da cafeicultura, liberou milhares de hectares, 30 mil dos quais reutilizados pelo algodão" (DORETO e PAYÉS, 1994). Mais uma vez, no processo de expansão da cotonicultura meridional surge de maneira inexorável a pequena e média propriedade, que iria conformar uma lavoura intensiva em mão-de-obra que levaria essas regiões a se aproximarem da condição de pleno emprego, em especial nas conjunturas favoráveis dos mercados da pluma.

4 - CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA DO ALGODÃO MERIDIONAL BRASILEIRO: complementaridade dos processos de expansão paulista e paranaense

O processo de expansão do algodão meridional brasileiro altera a hegemonia regional na medida em que o Brasil Setentrional (Norte e Nordeste), que em 1930 havia produzido 87 mil toneladas de pluma contra 8 mil toneladas no Brasil Meridional (Centro-Sul), em 1935 ainda mantém a posição de liderança (180 mil toneladas contra 117 mil toneladas), mas é suplantado em 1940 quando são colhidas no Brasil 142 mil toneladas de algodão setentrional e 327 mil toneladas de algodão meridional que desde então passa a representar a força hegemônica da cotonicultura nacional. Os patamares de produção de fibra e a distribuição regional são mantidos em níveis próximos em todo período 1940-1965, o que revela que o salto da década de 1940 com a produção sulista de algodão herbáceo não apenas não substituiu o algodão nordestino – ao contrário forma-se mesmo uma complementaridade entre a fibra mais longa do algodão arbóreo nordestino e a mais curta do algodão herbáceo meridional –, como também revela-se sustentada em volumes pouco superiores a 400 mil toneladas. Em 1970, há um considerável recuo do algodão nordestino (75 mil toneladas, menos da metade da obtida em 1965) e um enorme avanço do algodão meridio-

nal que suplanta as 500 mil toneladas (Figura 3). Entretanto, a hegemonia da Zona Meridional na cotonicultura brasileira se mostra flagrante desde os anos 1940.

Essa hegemonia foi construída não apenas como resultado de políticas públicas ativas na regulação de processos no sentido de conferir-lhe estabilidade, como no desenvolvimento tecnológico. Essa expansão do algodão meridional não representou uma ruptura definitiva com toda a cafeicultura nem com a fragmentação de todas as antigas fazendas cafeeiras. Sua marca fundamental, entretanto, consiste na intensiva utilização de mão-de-obra, também necessária ao café. Muitos grandes proprietários, sempre ligados ao café, venderam partes das suas terras, em especial as impróprias para o cultivo da rubiácea, em pequenas parcelas de terra próprias para o algodão, obtendo, assim, novos recursos para recuperar seu cafezal. Além disso, a presença de pequenos cotonicultores oferecia ao fazendeiro a mão-de-obra de que necessitava, enquanto que para o sitiante havia o trabalho suplementar. Soma-se a esse cenário as práticas de arrendamento e, com maior intensidade o da meação, na qual o algodão figurava como atividade intermediária na reforma de pastagens, face ao excelente negócio da criação de gado (MONBEIG, 1984).

O diferencial do ciclo de expansão do algodão meridional consistiu no elevado dinamismo no progresso técnico, sustentado em consistente investimento em pesquisa cotonícola que fez com que os resultados das transformações produtivas operadas na realidade produzissem para as inversões paulistas em inovações uma das maiores taxas de retorno do mundo (AYER, 1970). Os trabalhos de melhoramento genético efetuados pela pesquisa pública paulista possibilitaram que o Brasil se tornasse auto-suficiente na produção da fibra, além dos benefícios à melhoria de qualidade na produção de tecidos e ao consumidor, através da diminuição dos preços de seus produtos. As taxas de retorno social da pesquisa foram de 77% a 110% (AYER e SCHUH, 1974). Por outro lado, o algodão apresentou a maior velocidade de adoção tecnológica, considerando as seis principais culturas do Estado de São Paulo (SANTOS, 1984). A adoção de variedades desenvolvidas pelo Instituto Agrônomo foi responsável por 66% dos níveis de

produtividade da cultura alcançados no Estado de São Paulo (SANTOS; CARVALHO; SILVA, 1991). Ademais, o algodão foi a Segunda lavoura mais estudada no Estado de São Paulo, superada pelas pelo café, o que contribuiu para expressivos ganhos em produtividade, de 557kg/ha em 1948-52 para 1.437kg/ha em 1973-77 (SILVA; FONSECA; MARTIN, 1980).

Desse modo, a adoção tecnológica e o aparato oficial permitiram que a produção paulista de algodão triplicasse entre 1934 e 1940, ao passar de 102 para 307 mil toneladas, o que conduziu São Paulo a assumir a liderança nacional, posição até então ocupada pela Região Nordeste (BRASIL, 1946). No contexto regional, a criação de variedades anuais (*upland*), também denominado algodão herbáceo configurou-se como vantagem da produção paulista em relação à nordestina, a qual era assentada no algodoeiro perene (arbóreo ou mocó), permitindo os avanços significativos da exploração na região meridional do Brasil (NOGUEIRA JUNIOR e BARBOSA, 2005). Tal vantagem também deve ser associada à possibilidade de maior dinamismo do progresso técnico associada às características de se tratar de espécie herbácea, que por ser de ciclo anual permite maior velocidade na adoção de tecnologia com maior rapidez, ao contrário do arbóreo, no qual a introdução de inovações ao nível de variedades requer maior prazo (GONÇALVES, 1990). Disso resulta que nos anos 1950 e 1960, a par da situação desfavorável do mercado internacional da pluma e da concorrência em área com o amendoim, face à crescente demanda interna por óleos vegetais (SÃO PAULO, 1972) foi mantido o crescimento da produção da fibra paulista, com o algodão entrando na década de 1970 como síntese da modernidade tecnológica na agropecuária e da capacidade brasileira de gerar um núcleo endógeno capaz de produzir inovações em ritmo compatível com as principais nações algodoeiras do mundo.

Esse modelo espalha-se pela Zona Meridional ampliando as possibilidades de aumento da oferta, tendo alcançado as terras do norte-paranaense onde, seguindo a rota do café, a cotonicultura foi impulsionada com maior vigor a partir dos anos 1960, como reflexo da diversificação agrícola, em resposta à crise cafeeira deflagrada pela superprodução e pelo programa de

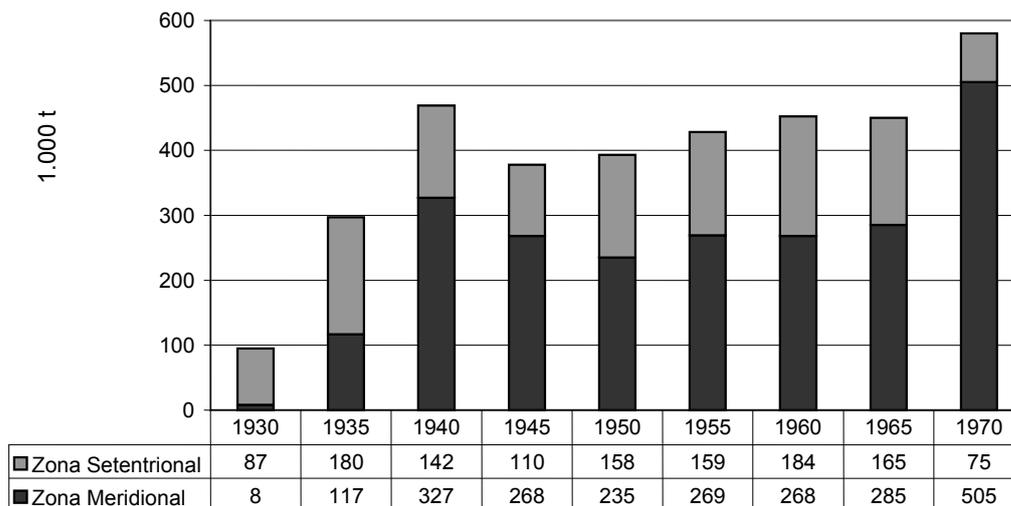


Figura 3 - Evolução da Produção Brasileira de Algodão em Pluma, Zona Setentrional (Norte e Nordeste) e Zona Meridional (Centro-Oeste, Sul e Sudeste), 1930-1970.

Fonte: ABIT/SINDITÊXTIL.

erradicação dos cafezais que ganharam força nos anos 1960, seguidos pela ocorrência de geada e ferrugem entre 1972 e 1975 (MASSUDA, 2002). Essa expansão só não ganhou maiores proporções pelas restrições impostas às exportações pois, dentre os produtos agrícolas, o algodão em pluma destacou-se pela incidência de medidas restritivas após o período pós II Guerra, especificamente em 1951, 1957 e entre 1959 e 1966 submetido a cotas de exportação, com a finalidade de garantir o abastecimento interno (ZOCKUN et al., 1976). Durante a fase de promoção às exportações de manufaturados iniciada no final da década de 1960, o controle sobre as exportações da fibra tornou-se ainda mais rigoroso, com a proibição em 1973, seguida por controles quantitativos, compreendidos pelas principais medidas: liberações submetidas a autorizações prévias para o produto meridional e setentrional entre setembro e março de 1974; suspensão de embarques de algodão meridional e estabelecimento de quotas para o setentrional em outubro de 1973; e liberação sujeita a registro prévio e controle de preços em junho de 1974 (ALGODÃO, 1973 e 1978).

O desempenho da primeira metade dos anos 1970 foi, contudo, problemático para o algodão meridional, com recuo da produção de 505 mil toneladas de algodão em pluma obtida em 1970 para as 362 mil toneladas colhidas em

1975. Com isso perde participação na oferta brasileira em função de que a produção do algodão setentrional recupera-se em relação a 1970, tendo sido colhidas 170 mil toneladas nessa região em 1975, nível maior que as 75 mil toneladas de 1970 (Figura 4). Essa situação de redução da produção brasileira de algodão decorrente de preços desestimuladores deu-se no mesmo momento em que eram adotadas medidas de proteção da agroindústria têxtil brasileira, restringindo a venda externa de pluma. Em 1974 deu-se o marco inicial do forte declínio das exportações de algodão em pluma, as quais passaram a ser compostas por excedentes, revertendo o comportamento do final do decênio anterior, quando o Brasil integrava o rol dos principais exportadores da fibra. A década de 1970 termina com o menor volume exportado que se tinha registro até então. Enquanto isso, o valor das exportações de manufaturados têxteis, apresentaram o extraordinário crescimento de 964%, entre 1970 e 1974 (BARBOSA, 1996). Essa estratégia de focar o atendimento da demanda interna contribuiu para o menor dinamismo da lavoura algodoeira brasileira no período 1970-1975.

Os questionamentos acerca das políticas comerciais e a penalização da agricultura naquela fase da economia brasileira, suscitaram estudos como o de Zockun et al. (1976) que analisou os efeitos da sistemática de promoção

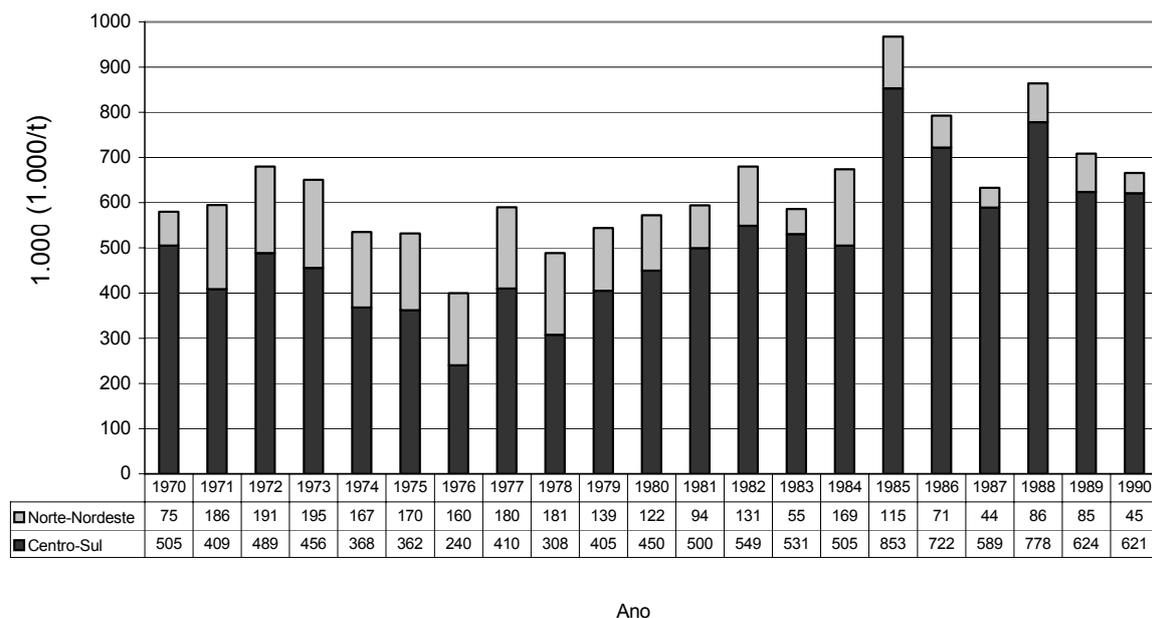


Figura 4 - Evolução da Produção Brasileira de Algodão em Pluma, Zona Setentrional (Norte e Nordeste) e Zona Meridional (Centro-Oeste, Sul e Sudeste), 1970-1990.
Fonte: ABIT/SINDITÊXTIL.

às exportações de manufaturados em relação aos produtos agrícolas *in natura* no período de 1968-75. A conclusão foi que a constante queda na taxa de câmbio real reduziria igualmente a remuneração dos exportadores agrícolas e industriais. Contudo, no caso dos produtos industrializados a existência de um “prêmio fiscal” na exportação se constituía em fator atenuante daqueles efeitos, enquanto os produtos agrícolas permaneceram sem acesso ao benefício. No caso do algodão em pluma, além do controle quantitativo à exportação, sobre a comercialização externa da fibra incidiam o Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM), além do Programa de Integração Social (PIS) e do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS), enfrentando, ainda, a sobrevalorização do cruzeiro, durante a primeira metade dos anos setenta. Mesmo por ocasião da maxidesvalorização de 30% em 1979, as exportações da pluma arcavam com imposto de 30%, neutralizando os efeitos da correção da defasagem cambial (LOPES, 1986). Essas condições, que num primeiro momento funcionaram como um freio à expansão algodoeira, seriam superadas pelo sensível incremento da demanda efetiva do mercado interno, decorrente das altas taxas de crescimento da economia brasileira nos anos

1970, formando um dos períodos históricos mais consistentes em termos de desenvolvimento nacional.

A produção algodoeira brasileira, cresce de forma consistente no período posterior a 1975, em especial na Zona Meridional. Das 362 mil toneladas de pluma obtidas na metade dos anos 1970 atinge-se excepcional o patamar de 722 mil toneladas de 1984, tendo mantido o patamar superior a 600 mil toneladas em praticamente todos os anos da segunda metade dos anos 1980. Entretanto, já havia se manifestado nas lavouras sulistas o bicudo do algodoeiro, praga algodoeira diagnosticada de forma concomitante em São Paulo e na Paraíba, à qual se atribuía o poder de dizimar a cotonicultura. De certa forma foi isso que aconteceu com o algodão nordestino, o qual sofreu contínuo e significativo recuo de produção. Essa diminuição na produção nordestina na verdade ocorre desde o final dos anos 1970 num ritmo acelerado quando se desconsidera a safra regional também excepcional de 1984. Essa crise da produção do algodão arbóreo levou à queda da oferta de 181 mil toneladas em 1978 para 45 mil toneladas em 1990, tendo sido a realidade já difícil, acirrada nos seus efeitos pela presença do bicudo (Figura 4). “Na década de 1980, a história da cultura já bastante

conturbada, teve um instante especialmente dramático, com o aparecimento da praga do bicudo, que praticamente transformou as plantações do Nordeste em terra arrasada... Exatamente na década de 1980, a praga do bicudo alastrou-se pelos algodoads brasileiros. E, coincidência das coincidências, o besourinho que devastou nossas lavouras, veio dos Estados Unidos" (COSTA e BUENO, 2004). Isso contudo, representa uma verdade parcial, dada a resposta da cotonicultura meridional que amplia a sua produção com a presença do bicudo. Não que não tenha sofrido efeitos, mas eles se configuram como de outra ordem, mantendo-se hegemônica e ganhando produtividade nas terras paulistas e paranaenses.

5 - BRASIL NO FINAL DOS ANOS 1970: completada a internalização do padrão da 2ª Revolução Industrial e transformações da agricultura em cadeias de produção

Antes de avançar no detalhamento da análise estrutural da cotonicultura meridional para avaliar os impactos da crise que a assolaria e a desmantelaria na primeira metade dos anos 1990, quando ocorre no Brasil um surto de importação de pluma, há que se tratar de entender a profundidade da transformação estrutural da agricultura nacional nos anos 1970, que não se constituiu numa mera modernização de processos impulsionada a crédito subsidiado. Esse período seria marcado pela construção da base interna produtora do padrão da 2ª Revolução Industrial, em que foram aprofundados os laços entre a agropecuária e a agroindústria forjando as cadeias de produção, nova estrutura produtiva que iria ditar o ritmo das mudanças setoriais nos anos posteriores a 1980. Esse processo seguiu aquilo que foi apreendido de forma magnífica por Ignácio Rangel, na sua tese sobre o desenvolvimento econômico no Brasil, datada de 1954, na qual traduz a concepção de transformação da agricultura no contexto do processo de desenvolvimento econômico, ao aduzir que "o exemplo típico é o dos Estados Unidos da América no século passado. O processo de industrialização não só não veio emparelhado com uma destruição das bases materiais da produção natural, senão que, ao contrário, teve como resultado uma contínua melhoria de tais bases. Sem dúvida, mais que nenhum outro país grande produtor agrícola do mundo, a agricultura converteu-se

numa indústria tão especializada como as outras" (RANGEL, 1954).

Assim, as transformações da agricultura não representam o mero irradiar do uso intenso de insumos e máquinas, porque, "como ocorre nos países não desenvolvidos, não é comum que essa população (rural) dedique todo seu tempo e recursos a produzir bens agrícolas, mas também elabora diretamente parte de tais bens e os consome. Quando essas atividades são transferidas para fora do setor agrícola, o qual por consequência muda radicalmente as condições tecnológicas de produção, se diz que o país se industrializa, e como se faz em condições de aumento da produtividade social, se diz que se desenvolve ... As tarefas de elaboração dos produtos primários são realizadas em unidades especializadas (fábricas), o que implica em criar um setor novo, fora da agropecuária mas dentro do país. Esse setor é a manufatura ou no sentido corrente a indústria. É a criação desse setor que muda toda dinâmica da economia" (RANGEL, 1954).

Nessa fase de transformações econômicas e da agricultura em particular, os quatro pilares de sustentação do processo de construção das cadeias de produção da agricultura, dentro do avanço da industrialização setorial foram: a) internalização das agroindústrias de bens de capital e insumos agropecuários por força da implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) (KAGEYAMA et al., 1990) que promove, com ampliação de objetivos e metas, as transformações previstas e não implementadas no Plano de Metas 1957-61; b) a modernização agropecuária com base no crédito rural subsidiado (PINTO, 1980), que representou a criação de demanda nos estabelecimentos rurais para os insumos e máquinas cuja produção se ampliava; c) o financiamento da implantação da agroindústria processadora (BELIK, 1994), que incrementaria a agregação de valor às matérias-primas oriundas da agropecuária; e d) a profunda transformação do varejo com o surgimento e a expansão dos supermercados (CYRILLO, 1986), que viriam alterar de forma decisiva a estrutura dos mercados e os processos de formação de preços na agricultura.

Essas mudanças, completadas no início dos anos 1980, forjam o domínio do grande capital sobre a agricultura (IANNI, 1981), o qual passa a exercer a governança da coordenação vertical das cadeias de produção setoriais, representando a submissão da agricultura, e dentro

dela da agropecuária, ao padrão da Segunda Revolução Industrial, cuja internalização completou-se em 1980 (CANO, 1993). Tratava-se de uma mudança que atingia toda a sociedade brasileira, uma vez que o subsídio ao crédito não se configura nesse tempo histórico como uma especificidade da agricultura, mas uma estratégia de aprofundamento do processo da industrialização brasileira. Tanto assim que, na mesma época e com origem na mesma fonte de financiamento com recursos públicos oferecidos a custos subsidiados em termos de taxas de juros, desenvolveu-se a estratégia de formação da nova classe média (QUADROS, 1991), que passou a ser estimulada a adotar dado padrão de consumo e de estrutura de qualidade de vida com base em políticas públicas como os financiamentos de programas habitacionais.

No caso do algodão e de todo complexo têxtil esse processo ensejou enormes conflitos que foram sendo gerenciados pelas ações públicas, mas que estiveram no âmago da crise vivida pela cotonicultura meridional nos anos 1990. Na verdade não havia catálise entre os agentes da cadeia de produção de têxteis de algodão, com a soldagem sendo operada pelas medidas regulatórias públicas. Tinha-se desde o início frágeis mecanismos de coordenação vertical ainda que numa base técnica moderna no campo, gerando na verdade uma seqüência de produção sem avanços no sentido do estabelecimento de relações contratuais entre os elos produtivos, mesmo porque o formato com que se estabeleceu o desempenho histórico das algodoeiras isolou o cotonicultor dos elos a jusante da produção têxtil. Em função disso, as políticas governamentais adotadas para o algodão no período 1970-1980, representavam o clássico estilo “uma no ferro outra na ferradura”, protegendo tanto a agroindústria ao penalizar a exportação, quanto a cotonicultura ao adotar elevadas tarifas de importação para a pluma. Da ótica da cotonicultura, Silva (1987) ao avaliar a penalização gerada pelos efeitos das políticas comerciais aos produtos agrícolas destinados ao mercado externo, verificou que para o algodão as taxas de proteção efetiva se mantiveram negativas nas três técnicas de produção⁴ analisadas e por quase todo o pe-

ríodo de 1970/71 a 1982/83.

Também, Lopes (1992) verificou a existência de taxas de proteção efetiva negativas e com valores elevados para o algodão de fibra longa, demonstrando a penalização da agricultura através da proteção conferida ao setor de insumos, durante o período de 1970-82. Os sistemas de controle às exportações por meio de liberações sujeitas a autorizações prévias, estabelecimento de cotas e de imposto de exportação vigoraram até 1988. Enquanto isso, a produção nacional de pluma era protegida por elevadas tarifas alfandegárias até a mesma data. No mesmo ano, teve início a fase de abertura do mercado brasileiro via redução de alíquota de importação de 55% para 10% até a isenção total em 1990, então justificada pela insuficiência de produção para atendimento da demanda doméstica. A cotonicultura meridional, que teve tolhida a sua expansão no mercado internacional, enfrenta agora diretamente e sem proteção a concorrência do produto estrangeiro.

Mesmo sendo moderna no campo, não haviam sido desenvolvidos mecanismos de coordenação vertical da cadeia de produção têxtil compatíveis com o novo padrão. Essa fragilidade seria determinante para o desmantelamento da cotonicultura meridional na sua crise decisiva da primeira metade dos anos 1990. “O processo produtivo de têxteis de algodão no caso brasileiro envolve sete etapas fundamentais: cotonicultura, algodoeira, fiação, tecelagem, tinturaria e acabamento, indústria de vestuário e distribuição varejista”. Na análise da estrutura do mercado mostra que “a produção têxtil brasileira, mesmo sendo uma agroindústria, não desenvolveu ainda mecanismos adequados de coordenação vertical”, na cotonicultura, “em função da sazonalidade, mostram-se os preços reduzidos nas safras, face ao pico de oferta, e os preços elevados na entressafra, com menores volumes transacionados. Essa ocorrência seria normal se os cotonicultores tivessem algum mecanismo para proteger suas rendas, uma vez que a maioria vende num período curto do ano premida pelos compromissos a saldar, pois as dívidas das operações de produção são elevadas... O comprador de algodão em caroço é o maquinista ligado à algodoeira que, como oligopsônio, tem maior poder de barganha que o cotonicultor. Nos principais países algo-

⁴As técnicas de produção de algodão consideradas por Silva (1987), compreenderam: 1) preparo do solo motomecanizado, plantio e cultivo com tração animal e manual, com adubação; 2) preparo do solo, plantio e cultivo moto-

mecanizados, com adubação; e 3) preparo do solo, plantio, cultivo e colheita motomecanizados, com adubação.

doeiros, o beneficiamento configura-se como um serviço contratado pelo cotonicultor que vende fardos de algodão em pluma. No mercado brasileiro esse agente constitui-se num intermediário, dado que adquire a grande parcela do algodão em caroço que beneficia para vendê-lo em pluma. Uma diferença importante é que a pluma pode ser armazenada por longos períodos, ao contrário do algodão em caroço, que pode estragar com rapidez” (URBAN et al., 1995).

Na base de todo esse processo havia uma singular estrutura produtiva com tecnologia avançada e organizada em pequenas e médias explorações, que sucumbiu de forma decisiva na crise dos anos 1990, em função do desmantelamento da estrutura regulatória e da eliminação abrupta dos mecanismos de proteção do algodão em pluma, o que viria a propiciar a reestruturação da agroindústria têxtil. A não existência da coordenação vertical em cadeia, com harmonização de conflitos pela orquestração de

interesses, e como a agroindústria têxtil não ensejou integração vertical para trás - como no caso da agroindústria açucareira que passou a produzir a própria matéria-prima -, passou a defender a quebra da proteção apenas de um lado da seqüência produtiva representado pela cotonicultura. Isso se mostra possível exatamente em segmentos agroindustriais como os têxteis que, além da alternativa das fibras sintéticas, utilizam matérias-primas que são *commodities* de larga oferta no mercado mundial. Essa falta de formalização de compromissos e de interação com os elos anteriores relacionados à agropecuária pela inexistência de contratos, na ausência da ação estatal, leva a dissonâncias de objetivos e de resultados. Exatamente por isso, frente ao surto de importação e de suas condições quase imperiais, ocorre o sucateamento da estrutura produtiva no algodão meridional brasileiro. Assim, a despeito da modernidade tecnológica, o que parecia sólido desmanchou-se no ar.

LITERATURA CITADA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL/ SINDICATO DA INDÚSTRIA TÊXTIL - ABIT/SINDITÊXTIL. **Carta Têxtil**. São Paulo: Ed. Extra, jun. 1996. 31 p.

ALBUQUERQUE, R. H. P. L. de. **Capital comercial, indústria têxtil e produção agrícola**. São Paulo: Hucitec, 1982.

ALGODÃO. Brasil. Comunicados 33, 443, 448. **Diário Oficial**: [da República Federativa do Brasil], Brasília, 1973 e 1978.

ANDRADE, C. F. As origens rurais do capital financeiro. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 29 mar. 1980.

ARAÚJO, J. **Aspectos da formação da agricultura de Dumont**. Jaboticabal: FCAVJ/UNESP, 1979. (Trabalho de Graduação).

AYER, H. W. **The costs, returns and effects of agricultural research in a developing country in São Paulo, Brazil**. 1970. (Phd – Thesis), Purdue University, Lafayette.

_____; SCHUH, G. E. Taxas de retorno social e outros aspectos da pesquisa agrícola: o caso da pesquisa do algodão em São Paulo, Brasil. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 1-29, 1974.

BARBOSA, M. Z. Transformação do mercado brasileiro de algodão e a influência de políticas comerciais. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 11-21, fev. 1996.

BELIK, W. **Um estudo sobre o financiamento da política agroindustrial no Brasil (1965-87)**. Campinas: UNICAMP/IE, 1994. 58 p. (Texto para Discussão, n. 35).

BRASIL. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Comissão Executiva Têxtil. **Indústria têxtil algodoeira**. [S.l.], 1946. 353 p.

CANABRAVA, A. P. (1951). **O algodão em São Paulo: 1861-1875**. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1984.

CANO, W. A industrialização e o desenvolvimento do capitalismo retardatário no Brasil (1880-1980). In: _____. **Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional**. Campinas: Hucitec, 1993, p. 15-21.

_____. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1990.

CASTELLO, E. O problema do algodão em São Paulo. **Boletim de Agricultura**, São Paulo, v. 12, p. 804-809, 1911.

CAVALIERI, P. A. et al. **O Instituto Agrônomo e o algodão**. Campinas: IAC, 1965. (Boletim, 157).

COSTA, S. R.; BUENO, M. G. **A saga do algodão: das primeiras lavouras à ação na OMC**. Rio de Janeiro: Insight Engenharia, 2004.

CYRILLO, D. C. **O papel dos supermercados no varejo de alimentos**. 1986. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo.

DORETTO, M.; PAYÉS, M. A. M. **Evolução da cotonicultura paranaense**. Londrina: IAPAR, 1994. 28 p. Mimeo.

GONÇALVES, J. S. Crise do algodão brasileiro pós-abertura dos anos 90 e as condições da retomada da expansão em bases competitivas. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 7-25, mar. 1997.

_____. Estado e progresso tecnológico: os resultados da pesquisa agropecuária paulista e a acumulação de capital. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 1-71, 1990.

HADDAD, C. L. da S. **Crescimento do produto real no Brasil, 1900-1947**. Rio de Janeiro: FGV, 1978.

HOBBSAWN, E. J. **Da revolução industrial inglesa ao Imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.

IANNI, O. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, 227 p.

KAGEYAMA, A. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C.; GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M. (Orgs.). **Agricultura e política públicas**. Brasília: IPEA, 1990. p. 113-224.

LOPES, M. R. Os efeitos das coalizões nas políticas agrícolas e o comércio exterior dos produtos agrícolas no Brasil. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 23-41, 1992.

_____. **A intervenção do governo nos mercados agrícolas no Brasil: o sistema de regras de interferência no mecanismo de preços**. Brasília: CFP, 1986. 108 p. (Coleção Análise e Pesquisa, 33).

MARTINS, R. C. Algodão. **Revista da Sociedade Brasileira de Agronomia**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 214-226, 1940.

MASSUDA, E. M. Produção de algodão e indústria têxtil no Paraná. In: ENCONTRO DE ECONOMIA PARANAENSE, 1., 2002. Disponível em: <www.uel.br/cesae/ecopar/index.htm>. Acesso em: 19 out. 2004.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984. 392 p.

NOGUEIRA JUNIOR, S. A importância da pesquisa na modernização da cotonicultura. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 43, t. 1, p. 155-166, 1996.

_____; BARBOSA, M. Z. O papel da pesquisa e a importância do cerrado para a reorganização da cotonicultura brasileira. _____, São Paulo, v. 52, n. 2, p. 87-98, 2005.

OS TYPOS de algodão. **Boletim de Agricultura**, São Paulo, v. 23, p. 290-193, 1923

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. Curitiba: Hucitec, 1981.

Informações Econômicas, SP, v.38, n.2, fev. 2008.

PAIVA, R. M. Fatores que afetam a produção de algodão no Sul do Brasil. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 141-174, 1996. (Tradução do original de fevereiro de 1941).

_____; SCHATTAN, S.; FREITAS, C. F. T. **Setor agrícola do Brasil**. São Paulo: SA, 1973. 456 p.

PINTO, L. C. G. **Notas sobre a política agrícola e crédito rural**. Campinas: IE/UNICAMP, 1980. 344 p.

QUADROS, W. J. de. **O "milagre brasileiro" e a expansão da nova classe média**. 1991. 229 p. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas.

RANGEL, I. **El desarrollo econômico en Brasil**. Santiago do Chile: CEPAL, 1954. 167 p.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura. **Desenvolvimento da agricultura paulista**. São Paulo: IEA, 1972. 319 p.

SANTOS, Z. A. P. S. **Adoção tecnológica na agricultura paulista**. São Paulo: USP/IPE, 1984. (Ensaio Econômicos, 35).

_____; CARVALHO, M. A.; SILVA, C. R. L. da. Algodão: pesquisa agrícola e produtividade no estado de São Paulo. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 38, t. 3, p. 85-100, 1991.

SILVA, C. R. L. **O impacto da política comercial brasileira na agricultura**. São Paulo: IEA, 1987. 97 p. (Relatório de Pesquisa, 6/87).

SILVA, G. L. S. P.; FONSECA, M. A. S.; MARTIN, N. B. Os rumos da pesquisa e o problema da produção de alimento: algumas evidências no caso de São Paulo. **Revista de Economia Rural**, Brasília, v. 18, n. 1, p. 37-59, jan./mar. 1980.

URBAN, M. L. P. et al. desenvolvimento da produção de têxteis de algodão no Brasil. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 25, n. 12, p. 11-28, dez. 1995.

WELLS, H. G. **História universal**. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1959. v. 1-10.

ZAMBONI, S. P. **O café no norte paulista**: a crise de 29 na Fazenda Dumont. 1979. 87 p. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba.

ZOCKUN, M. H. G. P. et al. **A agricultura e a política comercial brasileira**. São Paulo: IPE/USP, 1976. (Série Monografias, 8).

DA ORIGEM À HEGEMONIA E CRISE DO ALGODÃO MERIDIONAL BRASILEIRO NO SÉCULO XX

RESUMO: O trabalho reconstrói e reflete numa abordagem sintética da trajetória da produção algodoeira brasileira destacando os principais fatos estruturais na história da cotonicultura meridional, desde sua origem no início do século XX, até o seu apogeu na entrada da década de 1990, quando essa estrutura produtiva desmanchou-se sob os efeitos da crise decorrente do surto de importações de algodão desse período. Trata-se de registrar as nuances do desenvolvimento e crise de um segmento produtivo que compatibilizava ritmo e desempenho elevados de progresso técnico com o acesso de pequenos e médios cotonicultores aos benefícios da modernidade.

Palavras-chave: produção algodoeira, algodão meridional, agricultura paulista, agricultura brasileira.

**BRAZIL'S SOUTHERN COTTON PRODUCTION ONSET,
HEGEMONY AND CRISIS IN THE 20TH CENTURY**

ABSTRACT: *This work traces a concise history of Brazilian cotton production highlighting the main structural facts connected with cotton production in Brazil's southern most region, from its onset in early 20th century to its climax in the early 1990's, when it was dismantled due to a crisis caused by imports surges. This work registers aspects of the development and crisis of a production segment whose high degree and pace of technical progress was compatible with small and medium cotton farmers' access to the benefits of modernity.*

Key-words: *cotton production, western cotton, Brazilian agriculture, São Paulo's agriculture.*

Recebido em 01/08/2007. Liberado para publicação em 27/11/2007.

Informações Econômicas, SP, v.38, n.2, fev. 2008.